



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência o Registro de Preços para aquisição de combustíveis para a Prefeitura Municipal de São Borja.

	Objeto	Unid.	Quantida de total estimada	Quantida de mínima a ser empenha da	Valor unitário máximo	Valor total estimado por item
1	GASOLINA COMUM, ABASTECIDA NA BOMBA DO FORNECEDOR.	Litro	84481	10	R\$ 6,73	R\$ 568.557,13
2	ÓLEO DIESEL S500, COMUM, ABASTECIDO NA BOMBA DO FORNECEDOR.	Litro	102960	10	R\$ 7,49	R\$ 771.170,40
3	ÓLEO DIESEL S10, COMUM, ABASTECIDO NA BOMBA DO FORNECEDOR.	Litro	155560	10	R\$ 7,64	R\$ 1.188.478,40
4	ÓLEO DIESEL S500 (ENTREGUE NO PARQUE DE MÁQUINAS).	Litro	96000	10	R\$ 7,49	R\$ 719.040,00
5	ÓLEO DIESEL S10 (ENTREGUE NO PARQUE DE MÁQUINAS).	Litro	75000	10	R\$ 7,64	R\$ 573.000,00
TOTAL						R\$ 3.820.245,93



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

1.2 O valor estimado total é de **R\$ 3.820.245,93 (três milhões, oitocentos e vinte mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos).**

1.3 A pesquisa de preços, realizada de acordo com o Decreto Municipal nº 20.108, de 28 de agosto de 2023, encontra-se em anexo ao processo.

1.4 O preço referencial foi estimado com base no Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas) da **ANP: 29/03/2026 à 04/04/2026.**

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto do presente termo é a aquisição de combustível para atender a demanda das diversas Secretarias Municipais de São Borja.

O Município de São Borja possui frota de veículos e equipamentos que utilizam combustíveis e necessitam de abastecimentos para mantê-los em condições de tráfego/ uso.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

O presente processo justifica-se pela necessidade de se manter a frota e os equipamentos aptos ao pronto atendimento das solicitações de deslocamento, serviço e/ou transporte.

A aquisição dos combustíveis é imprescindível para manter as atividades inerentes à administração municipal como transporte de pacientes, transporte de servidores que prestam serviços na municipalidade ou no interior do município e demais atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais.

O registro de preços é o sistema que melhor atende no que se refere à aquisição de combustíveis, uma vez que os cálculos de quantitativos se tratam de estimativas de consumo, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A realização desse procedimento tem por objetivo dar continuidade na prestação dos serviços pelas secretarias. Assim sendo, faz-se necessário realizar novo processo previamente ao vencimento do Registro de Preço de combustíveis vigente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência se constitui em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos.

5.2 Por se tratar de itens comuns, diversas opções são facilmente encontradas no mercado, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores, proporcionando maior competitividade no fornecimento dos itens e consequentemente melhores preços para a Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A empresa deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

6.2 A empresa deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados aos itens fornecidos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

6.3 A empresa deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

6.4 A empresa deverá proporcionar a entrega dos materiais para atender as secretarias conforme condições e quantidades constantes em ordem de compra emitida por cada secretaria requisitante.

6.5 A empresa deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, inclusive os custos no que tange ao transporte na hipótese de entrega do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

6.6 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas.

6.7 Os itens objeto deste processo deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor.

6.8 A empresa deverá utilizar mão de obra especializada em cumprimento às normas técnicas que regem o mercado de fornecimento de combustíveis, fornecendo a seus colaboradores todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho.

6.9 Revendedor varejista: deverá apresentar **autorização de revenda varejista de combustíveis automotivos outorgada pela ANP.**

6.10 Revendedor varejista: deverá atender, em caráter permanente, ao disposto na Resolução ANP nº 948, de 5 de outubro de 2023.

6.11 Transportador-revendedor-retalhista (TRR): deverá apresentar **autorização da ANP para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).**

6.12 Transportador-revendedor-retalhista (TRR): deverá atender ao disposto na Resolução ANP nº 938, de 5 de outubro de 2023.

6.13 A empresa participante deverá apresentar licença ambiental em vigor. Quando a atividade não necessitar de licenciamento ambiental, deverá apresentar documento comprobatório de que é isenta ambientalmente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

6.14 A entrega do item 4, ÓLEO DIESEL S 500 (ENTREGUE NO PARQUE DE MÁQUINAS), **deve ocorrer junto ao fornecimento/cedência, por meio de comodato, por parte do ganhador, conforme NBR – ABNT 7505-1 e 7505-4, especificadamente, de 01 (um) reservatório com capacidade de 10.000 litros para acondicionamento do produto no local, bomba para abastecimento do produto nas viaturas com controle de litragem/vazão e bacia de contenção.** Estima-se para a entrega, uma quantidade mínima de 2.000 (dois mil) litros por pedido.

6.15 A entrega do item 5, ÓLEO DIESEL S 10 (ENTREGUE NO PARQUE DE MÁQUINAS), **deve ocorrer junto ao fornecimento/cedência, por meio de comodato, por parte do ganhador, conforme NBR – ABNT 7505-1 e 7505-4, especificadamente, de 01 (um) reservatório com capacidade mínima de 5.000 litros e máxima de 10.000 litros para acondicionamento do produto no local, bomba para abastecimento do produto nas viaturas com controle de litragem/vazão e bacia de contenção.** Estima-se para a entrega, uma quantidade mínima de 2.000 (dois mil) litros por pedido.

6.16 Para os **itens 1, 2, e 3 o fornecimento deve ocorrer exclusivamente dentro dos limites territoriais do Município de São Borja.** Tal restrição visa otimizar a utilização dos recursos municipais, evitando deslocamentos onerosos, e preservar a eficiência e economicidade.

6.17 Para fins de **reequilíbrio econômico-financeiro, será adotada como referência a tabela divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP),** considerando, prioritariamente, os preços praticados no município de São Luiz Gonzaga.

Na ausência de dados disponíveis para o referido município, serão utilizados, de forma subsidiária, os valores praticados no município de Santo Ângelo. Persistindo a indisponibilidade de informações para ambos, será adotado como referência o município mais próximo de São Borja que possua dados publicados na tabela da ANP.

O reequilíbrio poderá ser solicitado pelo fornecedor, a qualquer tempo, mediante requerimento formal, desde que **fundamentado na variação dos preços constantes na tabela da ANP mais recente no momento da**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

solicitação, sendo aplicado a partir da data do respectivo pedido, vedada a aplicação de efeitos retroativos a período anterior.

Da mesma forma, o **reequilíbrio poderá ser promovido de ofício pela Administração, com base na referida tabela**, hipótese em que a **empresa contratada deverá proceder à adequação dos preços no prazo máximo de 1 (um) dia, contados da comunicação formal**.

Para fins de apuração do valor reequilibrado, será aplicado sobre o preço de referência da ANP o **mesmo percentual de desconto ofertado pela contratada à época da licitação**, de modo a preservar a proposta vencedora e assegurar a manutenção da vantajosidade da contratação.

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O abastecimento na bomba do fornecedor ocorrerá de forma IMEDIATA e de maneira parcelada, conforme as necessidades das secretarias requisitantes, através do abastecimento em bomba nos postos de gasolina no perímetro urbano da cidade de São Borja, enquanto os itens 04 e 05 a empresa deverá entregar do local e prazo definidos neste Termo de Referência.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

8.1.1. O abastecimento dos itens 01, 02 e 03 ocorrerá de forma IMEDIATA e de maneira parcelada, conforme as necessidades das secretarias requisitantes, através do abastecimento em bomba nos postos de gasolina no perímetro urbano da cidade de São Borja, mediante a apresentação da Requisição de abastecimento, devidamente preenchida e assinada pela secretaria solicitante.

8.1.2. Para os demais itens (04 e 05), a empresa deverá fornecer o produto em no máximo 8 (oito) dias, após o recebimento da ordem de compra.

8.2. LOCAL E HORÁRIO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Os itens 04 e 05 deverão ser entregues no endereço Travessa Arthur Freire Nunes nº 106, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 em dias úteis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não se aplica.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.4. Os responsáveis pela fiscalização dos abastecimentos serão os servidores:

Priscila Frederich de Oliveira, Técnica em Contabilidade - SMF

Tailise Barbosa Saldanha, Agente Administrativo Auxiliar – SMDS

Carla Maria Medeiros Barth Taschetto, Agente Administrativo Auxiliar - SMEC

Vanda Michele Fontella Campos Storch, Atendente Recreacionista - SMEC

Paulo Rudi Cristaldo Fabrício, Técnico em Contabilidade - SMPOP

Ordeniz Barcelos, Assessor - SMAI

Cristiane de Souza Rodrigues, Assessora- SMELE

Andriele Weber Dutra Fagundes, Agente Administrativo Auxiliar – SMDETI

Daniel Scalão, Diretor - SMSMTD



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Antônio Marcos de Oliveira Pasetto, Agente Administrativo Auxiliar – SAD

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato

.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

(quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

16.2 Os valores contratuais poderão sofrer reequilíbrio devido variação expressiva dos preços praticados no mercado, a fim de manter as condições efetivas da proposta;

16.3 Para fins de **reequilíbrio econômico-financeiro, será adotada como referência a tabela divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**, considerando, prioritariamente, os preços praticados no município de São Luiz Gonzaga.

Na ausência de dados disponíveis para o referido município, serão utilizados, de forma subsidiária, os valores praticados no município de Santo Ângelo. Persistindo a indisponibilidade de informações para ambos, será adotado como referência o município mais próximo de São Borja que possua dados publicados na tabela da ANP.

O reequilíbrio poderá ser solicitado pelo fornecedor, a qualquer tempo, mediante requerimento formal, desde que **fundamentado na variação dos preços constantes na tabela da ANP mais recente no momento da solicitação**, sendo aplicado a partir da data do respectivo pedido, vedada a aplicação de efeitos retroativos a período anterior.

Da mesma forma, o **reequilíbrio poderá ser promovido de ofício pela Administração, com base na referida tabela**, hipótese em que a **empresa contratada deverá proceder à adequação dos preços no prazo máximo de 1 (um) dia, contados da comunicação formal**.

Para fins de apuração do valor reequilibrado, será aplicado sobre o preço de referência da ANP o **mesmo percentual de desconto ofertado pela contratada à época da licitação**, de modo a preservar a proposta vencedora e assegurar a manutenção da vantajosidade da contratação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2 Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por maior desconto.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.2 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de habilitação neste processo licitatório, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto.

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial completo (inscrição e suas alterações), no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

(CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.9 Revendedor varejista: deverá apresentar autorização de revenda varejista de combustíveis automotivos outorgada pela ANP, de acordo com a Resolução ANP nº 948/2023.

6.10 Transportador-revendedor-retalhista (TRR): deverá apresentar autorização da ANP para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR), de acordo com a Resolução ANP nº 938/2023.

6.11 A empresa participante deverá apresentar licença ambiental em vigor. Quando a atividade não necessitar de licenciamento ambiental, deverá apresentar documento comprobatório de que é isenta ambientalmente.

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica.

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não se aplica os benefícios da LC 123/2006 e 147/2014 para esse processo específico, conforme justificativa anexa ao processo.

19.5 JUSTIFICATIVA DAS VEDAÇÕES

A vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

A participação de consórcio é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1 O valor estimado total é de **R\$ 3.820.245,93** (três milhões, oitocentos e vinte mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos).

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo.

São Borja/RS, 13/04/2026.

Anderson Silva Knapp
Agente Adm. Auxiliar - Dep. de Compras

Secretário de Planejamento

() Defiro

() Indefiro

Prefeito de São Borja/RS